

Wilson Camilo Chaves*

Considerações a respeito da *Tese* de 1932 de Lacan: *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*

Na sua Tese de 1932, *Da Psicose Paranóica em suas relações com a Personalidade*, Lacan (1975)¹ procura elucidar uma série de questões referentes à determinação do sujeito postas no interior do próprio discurso médico-psiquiátrico, bem como do discurso filosófico.² Veremos nessa Tese, primeiramente, a questão da introdução do sujeito na psiquiatria, procurando elucidar aí a noção específica que Lacan vai reintroduzir. Em seguida, procuraremos colocar a questão da dependência do sujeito, ou seja, sua dependência social.

Assim, veremos que, se com Bichat, segundo os relatos de Foucault (1977)³ citado por Ogilvie (1991), a morte deixa de ter “um sentido de enigma metafísico, é apenas um cadáver oferecido ao exame: mas é o sentido da vida que dela sai” (p. 17). A loucura, com Lacan, perde a conotação de maldição, “é remetida ao estado patológico da palavra delirante” (p. 17). Entretanto, o olhar organicista não compreenderá esse delírio. Lacan, nesse sentido, vai escutar o sujeito que reivindica, na sua concreticidade, ou seja, o que vai lhe interessar é ouvir o sujeito enquanto aquele que fala, reivindica, e “não o sujeito fictício da presença de si caro aos filósofos da consciência” (p. 17). Por isso, torna-se necessário que Lacan cunhe alguns conceitos. É na Tese de medicina de 1932 que Lacan se esforçará para trazer a discussão do sujeito para o terreno da “psicologia concreta”.

Conceito de Personalidade

Intitulada *Da Psicose Paranóica em suas relações com a Personalidade*, a Tese de 1932 é o primeiro trabalho significativo

* Doutorando (Universidade de São Carlos). Professor do Depto. de Psicologia da Universidade Federal de São João Del Rei.

de Lacan. Nela, o jovem pesquisador procura resgatar, no campo filosófico, a subjetividade e a leva para um outro campo, o da psicologia concreta ou ciência da personalidade, tal como ele a vislumbra na época. Imbuído de um espírito positivista, pois a problemática da Tese é “eminentemente um problema de fatos”, ou seja, “um problema de tópica causal” (p. 14), Lacan (1975) debate com a psiquiatria da época em busca dos fatores determinantes da psicose e da personalidade. Para dar conta da psicose, não basta, como faz a psiquiatria, buscar na “clínica pura”, ou no paralelismo entre “déficit capacitário” e “lesão orgânica”, as causas que a fazem eclodir. Com essa afirmativa, Lacan não está negando uma base biológica dos fenômenos da personalidade. Na verdade, o que ele recusa é o paralelismo entre déficit capacitário e lesão orgânica, pois está ciente da existência dessa base, embora saiba que ela não dá conta da coerência desses mesmos fenômenos. Nesse sentido, afirma Simanke (1997):

Por isso, trazer para o 1º plano os fatores sintéticos da personalidade não é renunciar ao determinismo e à explicação causal, mas reforçá-los, já que, a partir daí, é possível dar conta de algo que a determinação orgânica deixa de fora (p. 50).

É preciso cunhar um conceito que abarque, de outra forma, os distúrbios mentais, pois Lacan (1975) constata que nas psicoses não há déficit detectável, nem tampouco lesão orgânica, mas sim “existem distúrbios mentais que relacionados, segundo as doutrinas, à ‘afetividade’, ao ‘juízo’, à conduta, são todos eles distúrbios específicos da síntese psíquica” (p. 13-14). Lacan busca na antropologia a explicação para tudo isso. Tal busca surge como consequência da necessidade de se considerar tanto a personalidade quanto a paranóia como “fenômenos totais”.

É com o vocabulário da síntese psíquica que Lacan vai definir a personalidade, dando-lhe uma concepção diferente daquela adotada pela psicologia científica, pela metafísica ou pelo senso comum. Assim, diz Lacan, para a psicologia científica, “o sujeito não é mais *nada* a não ser o *lugar* de uma sucessão de sensações, de desejos e de imagens” (p. 35: grifos do autor). O senso comum dá à personalidade um elemento de síntese daquilo que se experimenta interiormente, e a metafísica concebe

a personalidade como algo substancial. Lacan, dessa maneira, está recusando “o ponto de vista empirista”, uma vez que, para ele, a “tendência inaugurada por Hume” não valoriza os fatos da subjetividade na determinação e explicação dos dados clínicos (p. 53), pois Lacan (1975) vê o empirismo identificado com os automatismos organicistas e com o realismo clínico que essa doutrina propõe. O interesse de Lacan, portanto, é diferenciar nitidamente o “que é subjetivamente experimentado do que pode ser objetivamente constatado” (p. 36). A introspecção é decepcionante na medida em que ela não oferece nenhuma segurança quanto à função intencional da personalidade. Assim, é apenas através de uma análise objetiva da personalidade que Lacan vai encontrar apoio para elaborar seu conceito próprio de subjetividade, que seja capaz de “explicá-la”, pois a natureza da Tese é sustentada “na afirmação doutrinária de que os *fenômenos mórbidos*, que a psicopatologia situa dentro do quadro da *psicose*, dependem dos *métodos* de estudo próprios aos fenômenos da personalidade” (p. 316: grifos do autor).

A questão que se apresenta a Lacan é determinar e “explicar a existência *fenomenológica* dessas funções intencionais: a saber, por exemplo, que o sujeito diga ‘eu’, acredite agir, prometa e afirme” (p. 39: grifo do autor). Lacan vai explicar tais fenômenos, adotando uma postura determinista⁴, afirmando que “os fenômenos intencionais se revelam como uma organização de relações psicovitais” (p. 40), passíveis de compreensão. São, portanto, “os dados objetivos que dão à personalidade uma certa unidade, a de um *desenvolvimento regular e compreensível*” (p. 39: grifo do autor). Há, assim, uma lei evolutiva que permite compreender os vários estados sucessivos da personalidade, portadores de um sentido que é a “medida comum dos sentimentos e dos atos humanos” (p. 38).

O conceito de compreensão adotado por Lacan não deixa de sofrer influências de Jaspers, que já o utilizava na sua análise psicopatológica. Assim, para Lacan, compreender é buscar nas condutas observadas nos doentes um sentido humano, ou seja, precisar uma determinação do sujeito. Trata-se, então, de um método de análise que se

utiliza de *relações significativas*, utilização que funda o assentimento da comunidade humana, a aplicação delas à determinação de um fato dado pode ser regida por

critérios puramente objetivos, de modo a resguardá-la de qualquer contaminação pelas ilusões, elas próprias localizadas, da *projeção afetiva* (p. 309-310: grifos do autor).

Simanke (1994), a respeito desse conceito de Lacan, comenta:

Nessa definição cruzam-se praticamente todos os itens de seu projeto epistemológico nascente: o apelo às relações significativas, ou seja, a exigência de compreensão do sentido das formações delirantes; a inovação de “critérios puramente objetivos” para a apreensão do sentido desta ordem de fatos; e, *last but not least*, a necessidade de buscar um modo específico de determinismo para o campo da subjetividade, implicada na proposta de “dar seu sentido humano” às condutas patológicas observadas (p. 153).

São essas relações de compreensão, diz Lacan (1975), que permitem

apreender um fenômeno mental como a psicose paranoíca, que se apresenta como um todo, positivo e organizado, e não como uma sucessão de fenômenos mentais elementares, resultantes de distúrbios dissociativos (p. 310).

Lacan justifica, dessa forma, a necessidade de reintroduzir a noção de sujeito⁵ e descarta o determinismo organicista, que reduz o psíquico às suas determinações fisiológicas e propõe, ao longo da Tese, uma “análise concreta do psiquismo humano” que possa conduzir a um determinismo específico da subjetividade.

O Social como Determinante do Sujeito

O esforço de Lacan (1975) é, então, o de analisar objetivamente o subjetivo, o sujeito concreto. Ou seja, “lançar sobre o caso estudado um olhar tão direto, tão nu, tão objetivo quanto possível” (p. 247). E o que se observa é a conduta de um organismo vivo: o ser humano.

Enquanto organismo, apresenta reações *vitais totais* que, sejam quais forem seus mecanismos íntimos, têm um caráter *orientado* para a harmonia do conjunto; enquanto ser humano, uma proporção considerável dessas reações ganha seu *sentido* em função do meio social que desempenha no desenvolvimento do animal-homem um papel primordial. Essas funções vitais sociais, que caracterizam, aos olhos da comunidade humana, diretas *relações de compreensão*, e que na representação do sujeito estão polarizadas entre o ideal subjetivo do eu e o juízo social de outrem, são aquelas mesmas que definimos como *funções da personalidade* (p. 247: grifos do autor).

É, portanto, nesse “meio social” que Lacan vai buscar a determinação do sujeito. Ao comparar o comportamento humano com o dos animais, pode parecer, à primeira vista, que Lacan está envolvido, novamente, com um reducionismo organicista. Mas, pelo contrário, Ogilvie (1991) vai afirmar que se trata de indicar “uma ordem de fenômenos entre os quais os fenômenos humanos têm o lugar de uma configuração particular, ou de uma ‘modificação’ especial, como diria Augusto Comte” (p. 24).

Assim, “a personalidade não é ‘paralela’ aos processos da neuraxe, nem mesmo apenas ao conjunto dos processos somáticos do indivíduo: ela é a *totalidade constituída pelo indivíduo e por seu meio ambiente próprio*” (p. 237: grifo do autor). Dessa maneira, a base orgânica da personalidade será formada pelos fatos vitais do desenvolvimento. As reações constitutivas do psíquico vão responder a esses fatos, a essas crises, que são ocorrências do desenvolvimento. Os eventos concretamente vividos terão como meio a realidade social. Nesse sentido, afirma Simanke (1997) que

a realidade biológica vai primar cada vez mais pela ausência, ao que responde o conceito de *prematuração* – contraparte da extensão maior que a noção de estrutura reacional adquire já na Tese – substituindo a lesão localizada por um “vazio orgânico” originário (p. 55: grifo do autor).

Lacan postula, então, uma teoria do meio que permite fazer convergir o biológico e o social, pelo menos no caso humano. Simanke, a esse respeito, comenta que:

esta ênfase no meio circundante vai marcar – num contraste marcante com Freud, cuja concepção da realidade tendia sistematicamente a ser reabsorvida no aparelho psíquico – toda a obra de Lacan, mesmo que depois este meio se metamorfoseie na “estrutura da linguagem” que, enquanto tal, permanece sempre externa ao sujeito, cuja condição neurótica ou psicótica vai depender, inclusive, do fato dele aí ingressar ou não (p. 90).

Simanke indaga ainda sobre os benefícios que Lacan pode obter dessa teoria biológica. O primeiro “é que ela lhe permite dar um lastro biológico para sua pretendida restauração dos direitos do sujeito na explicação médica das psicoses” (p. 100). Daí, a necessidade de uma “revolução na antropologia”,⁶ pois o “meio humano”, de que falava Aristóteles, e “no sentido que lhe dá Uexküll, seria por excelência o meio *social* humano” (Lacan, 1975, p. 337: grifo do autor). Tal concepção é, na perspectiva de Lacan, incompatível com a antropologia individualista do século XVIII, que tem no Contrato Social de Rousseau seu expoente principal. Essa revolução antropológica, portanto, se revelará menos como teoria do homem do que como teoria do meio humano. Ogilvie (1991), comentando a esse respeito, afirma que

um indivíduo é, portanto, sempre muito mais do que ele mesmo: é antes de tudo uma atividade que ao mesmo tempo supõe e reproduz, desenvolvendo-se, num meio, isto é, um sistema de relações, de significações e de elementos integrados que formam uma totalidade (p. 66).

E é com esse meio que a psiquiatria, segundo Lacan, deve preocupar-se, para estudar tão exaustivamente quanto possível a vida do sujeito. Lacan (1975) verifica que “a *personalidade anterior* do sujeito é antes de mais nada, marcada por um inacabamento das condutas vitais” (p. 268-269: grifo do autor),⁷ expresso nos fracassos relacionados à “esfera sexual”, ou seja, aos “vínculos amorosos, matrimoniais, familiares” (p. 269), caracterizando, dessa forma, o aspecto passivo da reação do sujeito. Entretanto, Lacan afirma que esses mesmos sujeitos, que não formam laços satisfatórios com seus próximos, “revelam nas relações mais *longínquas* com a comunidade social virtudes de uma incontestável eficácia” (p. 269: grifo do au-

tor). Assim, para Lacan, a etiologia imediata da psicose está ligada, entre outros fatores, a um acontecimento que tem o valor de um trauma afetivo:

Revela-se, o mais das vezes, uma relação manifesta entre o acontecimento crítico ou traumático e um *conflito vital* que persiste há vários anos. Este conflito, de forte *ressonância ética*, está muito freqüentemente ligado às relações *parentais* ou *fraternas* do sujeito (p. 271: grifos do autor).

Lacan percebe que os acontecimentos da infância do sujeito ganham uma importância crucial para os seus estudos. De forma sintetizada, podemos afirmar que Lacan insiste em que o meio parental determina o sujeito, a sua personalidade, bem como a própria psicose. Lacan inclui nesse meio parental as “*interações* ‘inconscientes’ entre os indivíduos”, que “vão mais longe do que as próprias experiências da *sugestão dirigida* haviam permitido concebê-lo” (p. 285-286: grifos do autor).

A fim de levar adiante tais investigações, é necessário que Lacan crie um método, ou melhor, reconsidere o já existente, o método psicanalítico. Sendo o elemento constitucional da psicose sintetizado nas investigações históricas do sujeito, é preciso que se proceda, segundo Lacan:

por via de redução (...) Um método como este irá satisfazer, além disso, nossas preferências médicas. Num domínio onde se trata antes de mais nada de *curar sintomas*, ele nos abre, com efeito, uma esperança terapêutica tanto mais quanto mais aparecer no psiquismo o domínio do reflexo condicionado (p. 286: grifo do autor).

A partir disso, a preocupação de Lacan, em sua pesquisa, é com as “formas conceituais” ou funções mentais de representação. Compartilhando das idéias de Blondel, Lacan quer saber em que medida as representações mórbidas na psicose diferem das outras ditas normais. Nas palavras de Lacan:

Nosso autor a vê como uma representação do mundo mais *indiferenciada*, isto é, mais diretamente unitiva com o ritmo do real, mais imediatamente oriunda também das *relações vitais* do eu, mas por isso mesmo *associal e incomunicável* (p. 288: grifos do autor).

Tal situação faz com que Lacan busque na sociologia os fundamentos das doutrinas psiquiátricas. Mais adiante, de forma bem categórica, ele cita os pesquisadores italianos modernos (psiquiatras) que “esperam obter a chave das estruturas mentais da paranóia a partir de uma aproximação com as *formas*, definidas pelos sociólogos, do *pensamento primitivo*, chamado ainda de pensamento pré-lógico” (p. 288: grifos do autor). Lacan, assim, critica a concepção que vê a psicose como um fenômeno de déficit:

Pode-se, a partir daí, não repelir *a priori* que haja um benefício *positivo* da psicose: que tal benefício se realize a expensas da adaptação social e mesmo biológica do sujeito, isto não tira nada de seu alcance humano em certas representações de origem mórbida (p. 288: grifo do autor).

É nessa perspectiva que Lacan começa a descrever o delírio e sua problemática. Sua primeira constatação é que o delírio é passível de significação, embora seja “expressão de tendências afetivas desconhecidas pela consciência do sujeito” (p. 293). Além disso, o delírio apresenta um “*valor de realidade*”, exprimindo “tendências psíquicas”, conduzindo a “*identificações explicativas e mnêmicas*”. E o que deve ressaltar mais ainda é que o delírio “deve ser compreendido em relação ao desenvolvimento histórico da personalidade do sujeito” (p. 295-296: grifos do autor). Lacan observa que os delirantes apresentam distúrbios de linguagem. Daí, a necessidade de “introduzir os métodos da lingüística na análise das manifestações escritas da linguagem delirante” (p. 399). Assim, ele nos diz que a pesquisa só poderia caminhar se nos convencêssemos “da impossibilidade de aprender qualquer fenômeno psíquico positivo que surgisse sob uma forma irredutivelmente independente do funcionamento do todo da personalidade” (p. 400). Ou seja, de que “nenhum fenômeno psíquico é puramente automático”, tornando-se, assim, indispensável “estudar as psicoses paranóicas em sua relação com a personalidade” (p. 400). Nesse contexto, Lacan define a personalidade como “o conjunto das relações funcionais especializadas que constituem a originalidade do animal-homem, aquelas que o adaptam à enorme prevalência que tem seu meio vital, o meio humano, ou seja, a sociedade” (p. 400).

A partir disso, Lacan afirma que a psicose paranóica

só poderia ser concebida como um modo reacional da personalidade, isto é, altamente organizado, a certas si-

tuações vitais que só podem se definir, por sua significação humana ela mesma muito elevada, a saber, o mais frequentemente por um conflito da consciência moral (p. 400).

Lacan, com essa afirmativa, quer ratificar a idéia de que a psicose não é um fenômeno de “automatismo mental”. E é isso que constitui a originalidade de seu estudo (pelo menos para a época): interpretar exhaustivamente os “fenômenos mentais de um delírio típico em função da história concreta do sujeito” (p. 401). Ou seja, buscar os fatores determinantes da psicose

numa análise psicológica *concreta*, que se aplica a todo o *desenvolvimento da personalidade* do sujeito, isto é, aos acontecimentos de sua *história*, aos progressos de sua *consciência*, às suas reações no meio *social* (p. 346: grifos do autor).

Considerações Finais

Percebemos ao longo da Tese a preocupação de Lacan em demarcar um lugar específico para a causalidade psíquica, não apelando a nenhuma forma de reducionismo. Vimos que tal postura contrariava a medicina e a psiquiatria da época que tinha no organicismo sua principal ferramenta. Escutando o que “excede os limites físicos do indivíduo”, Lacan escuta o “delírio” como portador de sentido, englobando-o num todo que é a personalidade.

Lacan procura, dessa maneira, escutar o que o sujeito tem a dizer, o que não significa, de maneira alguma, que ele vai aderir aos ideais dos espiritualistas. Pelo contrário, ele os combate também, propondo um verdadeiro paralelismo nos moldes de Espinoza, no sentido de que a realidade social representa um todo que engloba o indivíduo e seu meio próprio. É nisso que consiste a novidade da proposta de Lacan de analisar objetivamente o sujeito em sua concretude.

Como vimos, o meio próprio do sujeito é, por excelência, o meio social. E é nesse meio que as “reações vitais” ganham sentido. Lacan postula assim uma certa submissão do sujeito a “um meio em que ele se encontra inserido”. É relevante afirmar que tal assujeitamento não é da esfera da passividade. Ao

contrário, Lacan quer ressaltar o caráter reacional da personalidade. Daí, a necessidade de propor uma “revolução antropológica”, pois aqui não está mais em jogo uma visão individualista, que só enxerga um corpo orgânico, mas uma postura que observa o “sistema geral”. Será, então, nas relações inter-humanas que Lacan irá buscar uma causalidade própria dos conflitos psíquicos.

Então, tal como a morte serve para Bichat como fonte de conhecimento sobre a vida que nela se esgota, os “fenômenos psicóticos” são de suma importância para Lacan entender o funcionamento psíquico como um todo. É nesse sentido que Lacan (*apud* Ogilvie, 1991) expressa: “Estudando o ‘conhecimento paranóico’, fui levado a considerar o mecanismo de alienação paranóica do Eu como uma das condições prévias do conhecimento humano” (p. 56). Assim, essas formações patológicas passam a ser coextensivas e homogêneas ao psiquismo normal. Para Lacan, dessa maneira, pensar os fenômenos da personalidade do ponto de vista do sujeito é analisá-lo como “estrutura reacional”, levando em conta a problemática.

Lacan, ao abraçar a concepção de uma determinação do sujeito a partir da dimensão social, não nos dá o direito de pensar que ele é um partidário da “história e do adquirido”. Seu desafio é elaborar um dinamismo próprio do sujeito, superando, de um lado, as armadilhas colocadas pelo mecanicismo, que “constrói uma relação contínua e somatória entre a existência material e o psiquismo” e, de outro lado, o idealismo, que “isola e autonomiza o pensamento” (p. 58). Lacan propõe, então, o termo “tendência concreta” para dar conta da determinação específica da personalidade.

Tal tendência concreta “assegura a objetivação do sintoma mental”. Os fatos psíquicos deixam, portanto, de ser considerados “objetos em si”, pois o fenômeno mental é fenômeno porque aparece sob a forma mental de um processo mais geral (cf. Ogilvie, 1991, p. 60), que engloba a concepção de meio, o meio humano por excelência. Já não se trata mais de duas realidades, uma psíquica e outra social. Assim, a personalidade só pode ser paralela à totalidade constituída pelo indivíduo e por seu meio ambiente próprio. Trata-se de uma “tradução”, termo com que, depois, Lévi-Strauss designará a dimensão de uma única realidade com os dois aspectos: o psiquismo individual e a estrutura social (cf. Ogilvie, 1991, p. 67).

Lacan, então, avança na tese de que a personalidade se estrutura de forma reacional. O que está em jogo aqui é uma reformulação das relações entre inato e adquirido. E, assim, por um lado, Lacan insiste na idéia de que a história do indivíduo, as contingências que nela se inserem, a educação pela qual passou etc. são importantes para dar conta da etiologia das psicoses. Mas, por outro lado, ele também insiste, em diversas ocasiões, “no primado explicativo de uma anomalia psíquica anterior à personalidade” (Ogilvie, 1991, p. 81).

Lacan rejeita a posição de Condillac, “concepção sensualista que representa o psiquismo como o resultado de uma construção progressiva comandada por influências externas” (p. 80), bem como se opõe a qualquer idéia de hereditariedade que situe, numa constituição dada, a razão última para o comportamento do indivíduo. A aparente oposição entre essas determinações só pode ser resolvida se se leva em conta a necessidade de uma antropologia não individualista. Assim, a personalidade vai se situar entre as várias outras dimensões presentes numa totalidade mais vasta que é a “organização social” com suas exigências.

Resumo

O presente trabalho procura elucidar a problemática da reintrodução do sujeito na psiquiatria, bem como a idéia do social como determinante do sujeito. Assim, é na Tese de 1932, “Da Psicose Paranóica em suas relações como a Personalidade”, que Lacan procura elucidar uma série de questões referentes à determinação do sujeito postas no interior do próprio discurso médico-psiquiátrico, bem como do discurso filosófico.

Abstract

The present work to elucidate the problem of the subject's re-introduction in the psychiatry, as well as the idea of the social as determinant of the subject. Like this, it is in the Thesis of 1932, “Of the Paranoid Psychosis in your relationships with the Personality”, that Lacan tries to elucidate a series of referring subjects to the put subject's determination inside the own doctor-psychiatric speech, as well as of the philosophical speech.

Notas

- ¹ Neste trabalho, é utilizada a edição de 1975 da Tese de Lacan de 1932.
- ² Ogilvie (1991) defende esse ponto de vista ao comentar que Lacan, na Tese de 1932, “começa por se colocar uma série de questões teóricas novas não a partir da psicanálise, mas a partir da própria psiquiatria, bem como da filosofia” (p. 9).
- ³ Foucault (1977) afirma também que “o homem ocidental só pôde se constituir a seus próprios olhos como objeto de ciência, só se colocou no interior de sua linguagem, e só se deu nela e por ela, uma existência discursiva por referência à sua própria destruição: da experiência da Desrazão nasceram todas as psicologias e a possibilidade mesma da psicologia, da colocação da morte no pensamento médico nasceu uma medicina que se dá como ciência do indivíduo” (p. 227).
- ⁴ Ogilvie (1991) afirma que “o princípio do determinismo, reafirmado com insistência ao longo de toda a Tese (T, 63, 252, 321, 336) não conduz Lacan de modo algum a considerar como sem valor ou sem realidade aquilo que parece lhe escapar, mas, ao contrário, a buscar o tipo de determinismo adaptado àquilo que se apresenta, justamente, como fugaz” (p. 19).
- ⁵ Ogilvie (1994) nos diz que, para Lacan, “situar a questão do sujeito ao nível da ‘personalidade’ é encontrar, para além da questão nosológica e terapêutica, o problema das relações entre o meio e o indivíduo, o inato e o adquirido, o ambiente e a hereditariedade, a história, o indivíduo e a sociedade” (p. 57).
- ⁶ Ogilvie (1991) esclarece melhor o que Lacan está entendendo por antropologia, a fim de dar conta da determinação do sujeito. “‘Antropologia’ vai significar aqui que se está afastando de uma visão atomizada do indivíduo reduzido à sua estrutura material visível para se prestar atenção no sistema geral no qual se explica o modo de ser particular de sua existência especificamente ‘humana’” (p. 55).
- ⁷ Lacan utiliza em várias passagens da Tese de 1932 uma outra terminologia: “anomalia psíquica anterior à personalidade”.

Referências

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

LACAN, *De la psychose paranoïque dans ses rapports avec la personnalité*. Paris: Seuil, 1975.

OGILVIE, Bertrand. *Lacan: a formação do conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

SIMANKE, Richard T. "Lacan: subjetividade e psicose". *Discurso – Revista do Departamento de Filosofia da USP*, São Paulo, n. 23, p. 149-175, 1994.

_____. *Composição e estilo da metapsicologia lacaniana: os anos de formação (1932-1953)*. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.